REVISTA ERR01 ISSN: 2595-1378

PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA SOBRE O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER DA CIDADE DE JOSÉ DE FREITAS – PI

PERCEPTION OF STUDENTS AT A PUBLIC SCHOOL ABOUT THE USE OF PUBLIC SPORTS AND LEISURE SPACES IN THE CITY OF JOSÉ DE FREITAS – PI

PERCEPCIÓN DE LOS ALUMNOS DE UNA ESCUELA PÚBLICA SOBRE EL USO DE LOS ESPACIOS PÚBLICOS DEPORTIVOS Y DE OCIO EN LA CIUDAD DE JOSÉ DE FREITAS - PI

https://doi.org/10.56238/ERR01v10n3-013

Josivaldo dos Santos de Barros
Mestrando em Educação Física
Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI /PROEF)
E-mail: josivaldobarros80@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-2975-0424

Edvaldo Cesar da Silva Oliveira
Doutor em Educação Física e Saúde
Instituição: Universidade Católica de Brasília (UCB)
E-mail: edvaldooliveira32@hotmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2300-5803

Fabiana de Andrade Ferreira Vasconcelos
Mestranda em Educação Física
Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI /PROEF)
E-mail: fabianinhaandradi@hotmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9557-1257

Luis Eduardo Lima Santos
Mestrando em Educação Física
Instituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI /PROEF)
E-mail: luisedufla8@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0103-3405

Yúla Pires da Silveira Fontenele de Meneses
Doutora em Ciências da Saúde
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
E-mail: yulapires@ccs.uespi.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4416-2768

Leyla Regis de Meneses Sousa Carvalho
Doutora em Atividade Física e Saúde
Instituição: Universidade Católica de Brasília (UCB)
E-mail: leyla.regis@hotmail.com
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9912-4166

Silmara Delian Brasil Freire
Mestranda em Educação Física
Insituição: Universidade Estadual do Piauí (UESPI/PROEF)
E-mail: silmadelian566@gmail.com
ORCID: https://orcid.org/0009-0002-0109-3045

RESUMO
O presente estudo analisou a percepção de estudantes do ensino médio de uma escola pública do município de José de Freitas – PI sobre o uso dos espaços públicos de esporte e lazer. Utilizou-se uma abordagem metodológica mista, com aplicação de questionário semiestruturado a 45 alunos do 1º e 2º anos, selecionados por conveniência. Os dados quantitativos foram analisados com base na estatística descritiva, enquanto os qualitativos passaram por análise de conteúdo conforme Bardin (2016). Os resultados revelaram que 64,4% dos estudantes conhecem os espaços públicos da cidade, mas 47,8% não os utilizam regularmente, apontando como principais barreiras a falta de infraestrutura, segurança e tempo. A maioria reconhece a importância desses espaços para a prática de atividades corporais, saúde e lazer, mas há uma percepção de abandono e pouca efetividade das políticas públicas. Conclui-se que a apropriação dos espaços públicos pelos jovens está condicionada a fatores socioeconômicos, infraeestrutura e culturais. O estudo destaca a necessidade de ações intersetoriais que envolvam escola, poder público e comunidade para garantir o direito ao lazer para o desenvolvimento de práticas corporais.

Palavras-chave: Juventude. Políticas Públicas. Lazer. Práticas Corporais. Espaço Público.

ABSTRACT
This study analyzed the perception of high school students from a public school in the city of José de Freitas, PI, regarding the use of public spaces for sports and leisure. A mixed methodological approach was used, with a semi-structured questionnaire administered to 45 students in the 1st and 2nd grades, selected by convenience. Quantitative data were analyzed based on descriptive statistics, while qualitative data underwent content analysis according to Bardin (2016). The results revealed that 64.4% of students know the city's public spaces, but 47,9% do not use them regularly, indicating the lack of infrastructure, security, and time as the main barriers. Most recognize the importance of these spaces for practicing physical activities, health, and leisure, but there is a perception of neglect and ineffectiveness of public policies. It is concluded that the appropriation of public spaces by young people is conditioned by socioeconomic, infrastructure, and cultural factors. The study highlights the need for intersectoral actions involving schools, public authorities and the community to guarantee the right to leisure for the development of physical practices.

Keywords: Youth. Public Policies. Leisure. Physical Practices. Public Space.

RESUMEN
Este estudio analizó la percepción de estudiantes de secundaria de una escuela pública del municipio de José de Freitas – PI sobre el uso de espacios públicos deportivos y de ocio. Se utilizó un enfoque metodológico mixto, con un cuestionario semiestructurado aplicado a 45 estudiantes de 1º y 2º año, seleccionados por conveniencia. Los datos cuantitativos se analizaron con base en estadística descriptiva, mientras que los datos cualitativos se sometieron a análisis de contenido según Bardin (2016). Los resultados revelaron que el 64,4% de los estudiantes conoce los espacios públicos de la

ISSN: 2595-1378

ciudad, pero el 47,8% no los utiliza regularmente, señalando la falta de infraestructura, seguridad y tiempo como las principales barreras. La mayoría de la gente reconoce la importancia de estos espacios para la actividad física, la salud y el ocio, pero existe una percepción de descuido y poca efectividad de las políticas públicas. Se concluye que la apropiación de los espacios públicos por parte de los jóvenes está condicionada por factores socioeconómicos, de infraestructura y culturales. El estudio destaca la necesidad de acciones intersectoriales que involucren a la escuela, a los poderes públicos y a la comunidad para garantizar el derecho al ocio para el desarrollo de prácticas físicas.

Palabras clave: Juventud. Políticas Públicas. Ocio. Prácticas Corporales. Espacio Público.

ISSN: 2595-1378

1 INTRODUÇÃO

A utilização dos espaços públicos para esporte e lazer está diretamente relacionada à promoção do bem-estar físico, mental e social, constituindo um direito social previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). No entanto, a efetivação desse direito é frequentemente limitada por condições estruturais e sociais que restringem o acesso, especialmente entre populações mais vulneráveis, como os jovens. "As políticas públicas são organizadas visando toda a sociedade, mas precisam buscar garantir às comunidades menos favorecidas socialmente, condições de melhoria de caráter social relevantes a seu bem estar dentro da sociedade" (Oliveira e Sampaio, 2017 p.108).

Fatores como a precariedade da infraestrutura, a insegurança, a sobrecarga escolar e trabalho, além da ausência de políticas públicas efetivas, contribui para preterir o lazer a um plano secundário no cotidiano da juventude (Montechiare, 2019; Ipea, 2013).

Nos contextos urbanos contemporâneos, os espaços públicos são muito mais que áreas para atividades físicas: constituem territórios de convivência, expressão cultural, participação cidadã e criação de vínculos sociais. Esses ambientes favorecem a formação da autonomia juvenil e requalificam as práticas corporais do movimento, funcionando como espaços de construção identitária (Santos, 2024; Alves, 2014).

Espaços públicos de esporte e lazer exercem papel essencial na construção da cidadania e na promoção de práticas corporais significativas, especialmente entre adolescentes, pois são locais de convivência, socialização e fortalecimento dos laços comunitários (Costa da Silva *et al.*, 2013).

A comunidade aparece como um fator importante e agregador, visto que dentro das comunidades vários são os conflitos enfrentados. Portanto talvez somente a partir da vontade popular e política iniciada dentro das comunidades, teremos uma ação concreta para enfrentar os problemas sociais comuns em alguns territórios (Oliveira e Sampaio, 2017).

Espaços públicos, como praças e parques bem-projetados, oferecem benefícios à saúde física ao estimular atividades ao ar livre; ao mesmo tempo, fortalecem os laços comunitários por promover encontros intergeracionais e senso de pertencimento social; e favorecem processos de inclusão social, desde que garantam acessibilidade, segurança e manutenção adequada (Qi *et al., 2024*; Alberto; Barbosa, 2023). Entretanto, a desigualdade na distribuição desses espaços e a negligência no seu planejamento e manutenção refletem as disparidades socioeconômicas das cidades brasileiras.

A literatura tem enfatizado que os desafios para a apropriação desses espaços estão profundamente ligados às desigualdades territoriais e à ausência de investimentos públicos em regiões periféricas. O acesso desigual aos equipamentos de lazer configura uma barreira ao exercício do direito ao lazer e à prática da cidadania plena. Conforme Cruz *et al.,* (2022) demonstram que indivíduos com maior renda e escolaridade têm chances significativamente maiores de praticar atividade física no

tempo livre, enquanto jornadas de trabalho mais longas e o sexo feminino estão associados a menores participações nesse tipo de atividade.

Nesse contexto, os jovens, sobretudo aqueles provenientes da rede pública, enfrentam maiores dificuldades de mobilidade urbana, sendo seu acesso a espaços educativos e recreativos condicionado por fatores como renda familiar, suporte institucional (escola ou família) e disponibilidade de transporte (Lira; Cordeiro, 2023).

Compreender como os estudantes percebem, acessam e utilizam os espaços públicos permite revelar as condições objetivas e subjetivas que influenciam suas práticas corporais, bem como identificar potenciais formas de intervenção pedagógica e política. A escola deve atuar como mediadora no processo de valorização crítica desses espaços, incorporando-os às práticas educativas e promovendo o protagonismo juvenil na relação com o território.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a percepção de estudantes do ensino médio de uma escola pública do município de José de Freitas – PI sobre a utilização dos espaços públicos de esporte e lazer, investigando os fatores que favorecem ou dificultam sua apropriação, a frequência de uso, as barreiras enfrentadas e os sentidos atribuídos às práticas corporais no cotidiano juvenil.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade atual está em constante transformação, e as cidades, como epicentros dessas mudanças, enfrentam desafios cada vez mais complexos para atender às demandas de seus habitantes. Entre essas demandas, destaca-se a busca por qualidade de vida, aspecto em que os espaços públicos destinados ao esporte e lazer desempenham um papel essencial. Esses espaços não apenas possibilitam a prática de atividades físicas, mas também contribuem para o bem-estar social, a promoção da saúde e o fortalecimento da convivência em comunidade. No entanto, a simples existência desses ambientes não garante sua efetiva utilização ou apropriação por parte da população, especialmente entre os jovens.

É nesse contexto que se tornam relevantes as análises sobre como os sujeitos percebem, utilizam e se relacionam com esses espaços em seu cotidiano. Entre os estudantes, por exemplo, o uso de espaços públicos vai além da funcionalidade: envolve aspectos simbólicos, afetivos e sociais que reconfiguram o sentido do ambiente urbano.

A apropriação temporária de espaços públicos tem sido cada vez mais reconhecida como uma prática legítima de ressignificação urbana, especialmente entre jovens e estudantes. Em contextos de urbanização desigual, a apropriação temporária de espaços públicos emerge como uma prática resiliente e criativa, especialmente entre jovens e estudantes. Esse processo envolve o uso não

convencional de áreas originalmente não destinadas ao lazer ou à prática esportiva como escadarias, calçadas e praças revelando a capacidade dos sujeitos de adaptar o ambiente urbano às suas necessidades socioculturais. Segundo Lara-Hernandez e Melis (2020), tais práticas não apenas demonstram engenhosidade espacial, mas também fortalecem o senso de pertencimento e a expressão de identidades coletivas, funcionando como ferramentas de resiliência urbana em territórios marginalizados.

Assim, o uso temporário não apenas supre a carência de equipamentos formais, mas também revela dinâmicas de inovação e resistência cotidiana. Esse olhar amplia a compreensão de como o espaço público é vivido e reinterpretado pela juventude.

Paralelamente, o conceito de apego ao lugar contribui para compreender os laços emocionais desenvolvidos entre os estudantes e os espaços por eles frequentados. Scannell e Gifford (2010) destacam que o apego envolve componentes afetivos, cognitivos e comportamentais, e está fortemente associado à frequência de uso e às experiências significativas vividas nesses locais. Estudos contemporâneos demonstram que, mesmo em contextos de uso informal, como quadras abertas ou praças adaptadas, os estudantes constroem vínculos simbólicos com esses espaços. Esses vínculos influenciam diretamente na percepção de segurança, conforto e valor do ambiente, contribuindo para o uso contínuo e engajado. Portanto, compreender o apego ao lugar é essencial para interpretar a valorização subjetiva dos espaços públicos por jovens.

A integração entre apropriação temporária e apego ao lugar permite uma análise mais profunda das práticas cotidianas dos estudantes em ambientes urbanos. Quando os jovens transformam o espaço público por meio de seu uso criativo, não apenas preenchem lacunas de infraestrutura, mas também constroem relações de pertencimento que reforçam o sentido comunitário. Como destaca Mascarenhas (2012, 2019), espaços esportivos urbanos, como estádios e quadras abertas, são constantemente ressignificados pelas práticas sociais que neles ocorrem. Mesmo quando não originalmente destinados a determinados públicos, o uso recorrente transforma esses locais em territórios de afeto, pertencimento e identidade coletiva. Essa apropriação simbólica reforça o valor social do espaço e deve ser considerada em políticas públicas voltadas à juventude e à democratização do lazer urbano.

Com o crescimento populacional e a intensificação dos centros urbanos, a necessidade de áreas adequadas para a realização de práticas corporais se torna cada vez mais evidente. No entanto, a distribuição desses espaços dentro das cidades frequentemente reflete desigualdades socioeconômicas, falhas no planejamento urbano e um distanciamento das reais necessidades da população.

Estudos recentes apontam que a infraestrutura voltada ao esporte e lazer não é acessível de forma equitativa, sendo mais abundante em regiões de maior poder aquisitivo, enquanto comunidades periféricas frequentemente enfrentam escassez desses equipamentos urbanos (Félix, 2022; Borges *et*

al., 2019). Esse cenário reforça a importância de políticas públicas eficazes e de um planejamento urbano inclusivo que garanta o direito ao lazer e ao esporte como elementos fundamentais para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.

A discussão sobre a utilização de espaços públicos para atividades esportivas e de lazer está relacionada ao direito ao lazer, ao acesso às práticas corporais e à promoção da saúde. O acesso a esses espaços é um direito social garantido, mas sua efetiva utilização depende de diversos fatores, incluindo infraestrutura adequada, segurança, condições socioeconômicas e incentivo por parte das instituições de estado.

Marcellino (2002), indica que os espaços públicos de lazer podem ser compreendidos como ambientes de vivência cultural, que favorecem práticas sociais diversas e promovem a convivência democrática. Em contextos como o brasileiro, marcado por desigualdades e pluralidade cultural, esses espaços figuram como importantes instrumentos de inclusão social.

O autor também ressalta que o lazer deve ser compreendido como uma necessidade humana básica e uma dimensão constitutiva da cultura. Ele afirma que, quando concebido a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória, o lazer pode romper com lógicas excludentes e estimular práticas democráticas, contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes de seus direitos e responsabilidades sociais. Nesse sentido, investir em políticas públicas que garantam o acesso equitativo ao lazer é investir no fortalecimento da cidadania e na transformação das relações sociais.

Ao ser compreendido como uma necessidade humana e uma dimensão constitutiva da cultura, o lazer transcende a ideia de simples entretenimento ou tempo livre. Segundo Gomes (2014), essa prática social é marcada pela ludicidade e pelas vivências culturais, estando presente nas diferentes formas de organização da vida cotidiana e variando conforme os contextos históricos, sociais e culturais.

O lazer, nessa perspectiva, deve ser entendido como um direito social, cuja efetivação implica o reconhecimento das singularidades locais e o investimento em políticas públicas que assegurem o acesso equitativo aos espaços e equipamentos apropriados. Ao considerar o lazer como prática cultural situada, destaca-se sua relevância para o fortalecimento da cidadania e para a construção de sujeitos críticos e participativos.

No Brasil, nas últimas três décadas, o conceito de políticas de esporte e lazer extrapolou a antiga perspectiva, onde predominava o esporte de rendimento, de competição, abrindo espaço para "o esporte e lazer popular, estimulando a participação de todos os segmentos da sociedade, através de práticas esportivas formais e não-formais e adaptando-se aos recursos e à cultura popular local" (Brust; Baggio; Saldanha Filho, 2008, p. 6).

As práticas corporais têm se consolidado como parte do cotidiano de muitas pessoas, inclusive os adolescentes, motivadas por diferentes fatores, como promoção da saúde, busca por estética, socialização e diversão. Nos centros urbanos e em cidades de menor porte, observa-se a presença de espaços públicos projetados para atender parte dessas demandas, permitindo a realização de atividades variadas.

Espaços públicos como pistas de skate e patins, ciclovias, trilhas para caminhadas, lagos, barragens, praças, academias ao ar livre, campos de futebol, quadras poliesportivas e ginásios são exemplos de infraestruturas que se tornaram cada vez mais comuns nos municípios brasileiros (Rodrigues, 2012). Esses ambientes, quando bem estruturados e acessíveis, desempenham um papel fundamental na promoção do movimento e no estímulo à participação dos jovens em práticas corporais.

A juventude atual tem enfrentado um paradoxo em relação as práticas corporais, de um lado, existe uma crescente preocupação com a saúde e o bem-estar, por outro, fatores como o avanço das tecnologias, a urbanização e a falta de políticas públicas eficientes contribuem para um afastamento progressivo dos jovens dos espaços públicos destinados ao esporte e ao lazer.

De acordo com Ferreira e Gonçalves (2022), a disponibilização e a qualidade dos espaços são fundamentais para o envolvimento dos jovens, mas sua efetiva apropriação depende de variáveis que incluem desde fatores socioeconômicos até a segurança pública.

As transformações que vêm ocorrendo na sociedade têm reduzido a importância dada aos espaços públicos para o lazer. Com o avanço da tecnologia e a ampliação das possibilidades de entretenimento dentro de casa, muitas pessoas passam a viver mais reclusas no ambiente privado, deixando de frequentar e valorizar os espaços coletivos. Esse afastamento resulta em uma desconexão com a vida pública, tornando os cidadãos menos envolvidos com o que acontece ao seu redor.

Desse modo, os espaços públicos de esporte e lazer para os adolescentes são lugares constituídos de significados e valores culturais, peculiares desta fase da vida. Locais nos quais podem se conectar uns com os outros, criar suas próprias identidades, um centro de desconstrução das desigualdades sociais e de gênero.

É nesses lugares que os jovens podem produzir seus próprios padrões de uso, transformar e reinventar as formas de apropriação, elevando o sentimento de pertencimento e apego. Nesse mesmo sentido Dayrell (2001, p. 147) afirma que os jovens “se apropriam dos espaços, que a rigor não lhes pertencem, recriando neles novos sentidos e suas próprias formas de sociabilidade”.

Os espaços públicos como escolas, ginásios, universidades, estádios, parques, praças e academias, que deveriam oferecer infraestrutura adequada para a prática esportiva e o lazer, precisam

ter seu acesso e condições de uso garantidos pelo Estado. Isso se dá por meio de políticas públicas que organizem, regulamentem e promovam ações voltadas para o esporte e o lazer.

Quando falamos de políticas públicas, é fundamental compreender seu papel dentro da sociedade, cabendo ao governo, em suas diferentes esferas, desenvolver estratégias para solucionar problemas sociais, muitos dos quais estão ligados a aspectos econômicos. As políticas públicas são essenciais para orientar decisões governamentais, desde a formulação de diretrizes até sua implementação e avaliação (Hofling, 2001).

Nesse contexto, se destaca a atuação dos governos Federal, Estadual e Municipal em assegurar os direitos dos cidadãos ao esporte e ao lazer, reconhecendo a necessidade de políticas específicas para garantir o acesso a esses espaços. Como apontam Versiani *et al.,* (2019), a discussão sobre a importância dos espaços públicos para o lazer está diretamente relacionada ao planejamento urbano. A Reforma Urbana do final dos anos 1980 fortaleceu esse debate, culminando na criação do Estatuto da Cidade (2001) e de instrumentos como os Planos Diretores, que contribuíram para inclusão do lazer como um direito acessível de forma democrática e participativa dentro da política urbana das cidades.

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988) estabelece a base para essas políticas. No artigo 217, determina que "é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um". Além disso, no artigo 6º, são garantidos direitos sociais fundamentais, como lazer, saúde, educação e alimentação, visando construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Dentro desse contexto, é essencial destacar que "as ações estatais, além de presentes na promoção das atividades esportivas e de lazer, devem também se fazer presentes na forma de manutenção e melhoramento dos espaços e equipamentos adequados para a prática destas" (Bettin; Peil e Melo, 2018, p. 96). Dessa forma, a Constituição Federal orienta as esferas governamentais a criar leis que consolidem o esporte e o lazer como direitos sociais.

Ao longo dos anos, esse cenário tem se transformado, exigindo um planejamento urbano contemporâneo que integre os espaços públicos de esporte e lazer como parte de uma política de desenvolvimento urbano. Essa integração deve estar respaldada em leis que assegurem os direitos da população.

O Estatuto da Cidade (2001), instituído pela Lei nº 10.257/2001, estabelece diretrizes importantes, como a equidade na distribuição dos benefícios e encargos da urbanização, garantindo que as ações do poder público priorizem o interesse coletivo. Além disso, reforça a responsabilidade dos municípios na formulação de políticas urbanas que garantam a todos o acesso a espaços adequados para a prática esportiva e o lazer.

Portanto, é imprescindível que as políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer sejam continuamente fortalecidas, garantindo que esses espaços sejam preservados, ampliados e utilizados

de maneira eficaz para atender às necessidades da população. Esse compromisso governamental é fundamental para promover saúde, inclusão social e qualidade de vida para todos.

Garantir que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços e melhorias promovidos pelo governo, evitando a concentração desses benefícios em áreas já privilegiadas e direcionando investimentos para regiões com maior carência estrutural é papel do estado. Dessa forma, busca-se assegurar que populações de baixa renda tenham oportunidades igualitárias, promovendo a justiça social por meio da redistribuição dos recursos públicos (Brasil, 2001).

Segundo Fontes (2020), o plano diretor municipal é um instrumento fundamental da política urbana, responsável por definir a função social da propriedade. Para sua implementação, é necessária a aprovação do poder legislativo municipal, sendo essencial a participação popular em todas as etapas: formulação, execução e monitoramento.

A Constituição Brasileira (Brasil, 1988) reforça essa necessidade de participação democrática, destacando o lazer como um direito fundamental que deve ser garantido pelo Estado. Além disso, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada pelo Brasil em 1948 na ONU, assegura no artigo 24 o direito de toda pessoa ao lazer, reafirmando a responsabilidade do poder público na sua efetivação. No âmbito estadual, a Constituição do Piauí (1989) destaca em seu artigo 191, inciso V, a importância da criação e manutenção de áreas destinadas ao lazer e às atividades comunitárias. O artigo 203 enfatiza o lazer como elemento essencial para a promoção da saúde, enquanto o artigo 231 o define como um direito universal e um dever do Estado. Já o artigo 233 reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à inclusão social por meio do lazer, e o artigo 248 estabelece que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar esse direito prioritariamente às crianças e adolescentes.

A legislação municipal também reflete essa preocupação. A Lei Orgânica do Município de José de Freitas (1990), em seu artigo 212, parágrafo único, destaca o papel do poder público na promoção do lazer como ferramenta de inclusão social. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) também reforça essa garantia em seus artigos 4º, 71 e 75, assegurando que crianças e adolescentes tenham acesso a atividades culturais, esportivas e recreativas adequadas às suas faixas etárias.

No contexto da legislação voltada aos jovens, a Lei nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude, estabelece diretrizes para garantir o acesso dos jovens ao lazer e ao esporte. O artigo 3º, inciso V, determina que o poder público deve garantir infraestrutura para a prática esportiva e o uso do tempo livre. Já o artigo 28 assegura o direito ao esporte como parte do desenvolvimento juvenil, priorizando o esporte participativo, enquanto os artigos 29 e 30 reforçam a necessidade de diagnóstico da realidade esportiva do país e a garantia de espaços adequados para a prática de atividades poliesportivas nas escolas.

Apesar da previsão legal, a realidade muitas vezes não reflete o que está escrito. Segundo o Censo Escolar de 2020, cerca de 47% das escolas brasileiras não possuem nenhuma estrutura para a prática esportiva, demonstrando a lacuna entre legislação e prática. No que se refere à população idosa, a Lei nº 10.741/2003, no capítulo V, assegura o direito ao lazer como parte das políticas de bem-estar. De forma similar, a Lei nº 8.080/1990, que regula o Sistema Único de Saúde (SUS), reconhece o lazer como um dos fatores determinantes para a saúde, embora barreiras financeiras e decisões políticas frequentemente comprometam a efetivação desses direitos.

No que diz respeito às pessoas com deficiência, a Lei nº 10.216/2001 e o Decreto nº 3.298/1999 garantem o acesso ao lazer como um direito fundamental para essa população. Contudo, na prática, muitas dessas pessoas enfrentam dificuldades no acesso a espaços e atividades recreativas adequadas.

Embora existam inúmeras legislações que regulamentam a oferta de espaços públicos para práticas corporais, ainda há desafios para que essas diretrizes sejam efetivamente aplicadas. Um dos principais entraves é a falta de uma política pública integrada entre as diferentes esferas de governo. Segundo Ruiz (2024), a atuação isolada de órgãos federais, estaduais e municipais resulta em esforços fragmentados e de pouca eficácia. Dessa forma, é necessário um modelo colaborativo e estruturado para que esporte e lazer sejam promovidos de maneira equitativa e acessível.

3 METODOLOGIA

Este estudo é de natureza aplicada, e adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa, também conhecida como mista, utilizando um questionário semiestruturado para a coleta de dados. A escolha dessa metodologia se justifica pela necessidade de obter tantas informações numéricas, que possibilitem a análise estatística de padrões e tendências, quanto percepções subjetivas dos estudantes sobre o uso dos espaços públicos de esporte e lazer. De acordo com Creswell (2010), a combinação de métodos quantitativos e qualitativos enriquece a compreensão de fenômenos sociais, permitindo uma análise mais aprofundada e contextualizada.

Marconi e Lakatos (2010) destacam que a abordagem mista integra dados quantitativos e qualitativos, ampliando a compreensão do objeto de estudo. A abordagem qualitativa possibilita compreender percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes, a quantitativa fornece dados mensuráveis que contribuem para análises mais objetivas.

Autores como, Del-Masso, Cotta e Santos (2014) apontam que o método quantitativo é fundamental para a verificação de dados numéricos e estatísticos, enquanto o método qualitativo permite uma interpretação mais aprofundada dos fenômenos estudados. A abordagem qualitativa possibilita uma análise subjetiva das opiniões e comportamentos dos indivíduos ou grupos

pesquisados, proporcionando uma compreensão mais ampla e contextualizada da realidade investigada.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi realizada com 45 estudantes de 1º e 2º ano do ensino médio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus José de Freitas - PI. A seleção da amostra foi feita por conveniência, considerando alunos regularmente matriculados e presentes no período de aplicação do questionário. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), a amostragem por conveniência é um método válido quando há limitação de tempo e recursos, desde que a seleção garanta representatividade mínima para a análise da questão investigada.

Os participantes possuem idades de 15 a 17 anos, sendo 60% do sexo feminino e 40% do sexo masculino. A maioria dos participantes (48,9%) tem 16 anos. Quanto à etnia, 73,3% se identificam como pardos e 24,4% como brancos. Em relação à renda familiar, 28,9% dos alunos pertencem a famílias que ganham até R$ 900,60 mensais, enquanto outros 28,9% possuem renda de R$ 1.965,87. Um percentual menor de estudantes pertence a famílias com rendas de R$ 3.276,76 (13,3%) e R$ 5.755,23 (6,7%).

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, compostos por 12 questões, sendo 10 fechas e 02 abertas. As perguntas fechadas tiveram como objetivo obter informações objetivas sobre o conhecimento dos estudantes em relação aos espaços públicos, frequência de uso e dificuldades enfrentadas.

Já as perguntas abertas permitiram captar percepções subjetivas, possibilitando uma compreensão mais aprofundada sobre os motivos que influenciam a apropriação ou a não utilização desses espaços.

A coleta foi realizada de forma remota, por meio da plataforma *Google Forms*, no segundo semestre de 2023. Os participantes receberam o link via e-mail institucional e grupos escolares, após aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), respeitando os princípios éticos da pesquisa com seres humanos (CNS, Resolução nº 510/2016).

A utilização de questionário tem se consolidado como uma ferramenta amplamente utilizada para a coleta de dados, devido às diversas vantagens que oferece em pesquisas nas mais variadas áreas, como saúde, ciências sociais, economia, segurança e educação.

Nesse sentido, a Educação Física também se beneficia dessa abordagem. Em função da sua relevância, diversos autores como (Bastos *et al*., 2023; Gil, 2008) têm se dedicado a aprimorar a

definição desse instrumento, com o objetivo de torná-lo mais preciso e eficiente. Desse modo, o controle de ações é particularmente importante em questionários que demandam tarefas específicas, como a seleção de uma única alternativa, o preenchimento de campos obrigatórios ou a organização de opções por ordem de preferência.

Nessa perspectiva, Carvalho *et al.*, (2017) destacam que o uso de questionários online é fundamental "para reduzir custos e garantir maior confiabilidade e rapidez na coleta de dados". Os autores ainda ressaltam que "uma pesquisa realizada nos Estados Unidos demonstrou que o custo de utilizar questionários online é, no mínimo, quatro vezes menor do que o de questionários impressos" (Carvalho e*t al.*, 2017, p. 02).

Ao optarmos por essa ferramenta, buscamos obter uma visão mais apurada sobre a percepção dos alunos acerca do uso dos espaços públicos de esporte e lazer, assim com os fatores que influenciam a sua utilização pelos estudantes. Utilizamos a plataforma do *Google Forms* para confecção desse instrumento por possibilitar a geração de um link para o questionário, o qual compartilhamos com mais facilidade e rapidez via e-mail e grupos de *WhatsApp*.

Para a elaboração deste documento, foram feitas buscas em referenciais bibliográficos como forma de ampliar o repertório intelectual constituído coletivamente, permitindo avançar no campo de estudo (Galvão, 2010).

3.3 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise e interpretação dos dados obtidos por meio do questionário aplicado aos alunos, as respostas foram avaliadas tanto de maneira qualitativa quanto quantitativa. No que se refere aos dados qualitativos, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, conforme as orientações de Bardin (2016). Segundo a autora, a análise de conteúdo pode ser entendida como "um conjunto de ferramentas metodológicas cada vez mais refinadas, em constante aprimoramento, que se aplicam a 'discursos' (tanto nos seus conteúdos quanto em suas formas) altamente diversificados".

Nesse contexto, Valle e Ferreira (2024) afirmam que o objetivo central da análise de conteúdo é explorar os sentidos e significados que os participantes atribuem a um determinado tema, problema ou fenômeno, tanto em estudos qualitativos quanto quantitativos. Isso ocorre por meio de uma sistematização rigorosa e estruturada, o que assegura a profundidade e a credibilidade das análises realizadas.

A análise dos dados quantitativos foi conduzida por meio de procedimentos de estatística descritiva, contemplando a elaboração de representações gráficas e tabelas. Essas ferramentas viabilizaram o cálculo de medidas como a média aritmética, obtidas de forma automática a partir da

plataforma *Google Forms.* Tal abordagem permitiu a ampliação da interpretação e a obtenção de uma compreensão mais aprofundada dos dados coletados.

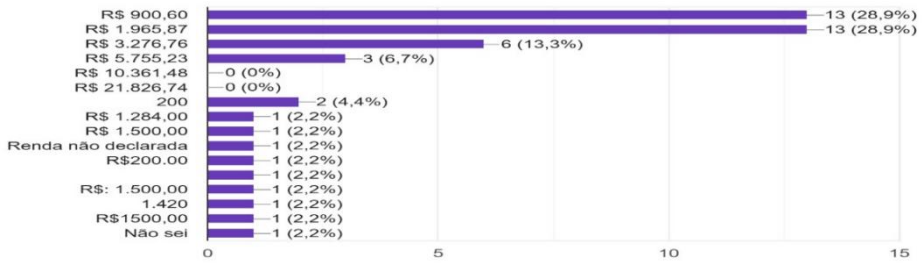
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos junto aos 45 estudantes do ensino médio do Instituto Federal do Piauí, campus José de Freitas, permitiu identificar percepções importantes sobre o conhecimento, uso e dificuldades relacionadas aos espaços públicos de esporte e lazer do município. Os resultados estão apresentados a seguir, por meio de gráficos e tabelas construídos com base nas respostas ao questionário *online* aplicado.

A análise dos dados revelou aspectos significativos sobre a percepção e o uso dos espaços públicos de esporte e lazer por estudantes do ensino médio em José de Freitas – PI.

Inicia-se a análise referente à renda familiar. Observa-se que a maior parte dos participantes da amostra concentra-se na faixa de renda entre R$ 900,00 e R$ 1.900,00, conforme ilustrado no gráfico apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1: Dados da renda familiar dos alunos



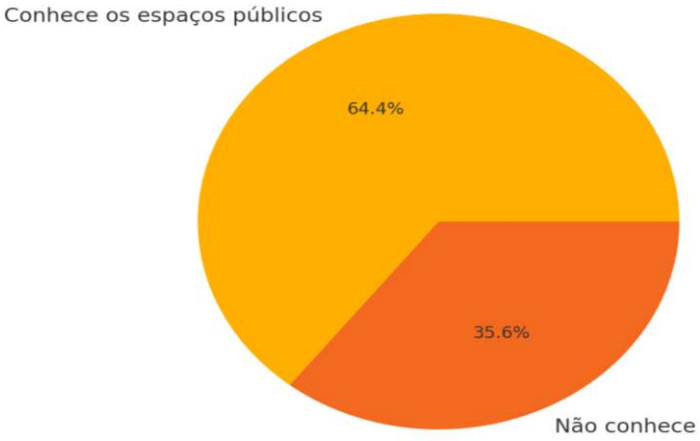
Fonte: Dados da pesquisa (Google Forms, 2025).

Com base nos dados apresentados na Figura 1, infere-se que os indivíduos pertencentes à classe média, representados nesta amostra, deveriam utilizar com maior frequência os equipamentos e espaços públicos destinados ao lazer, uma vez que sua utilização não acarreta custos diretos. A fruição do lazer, contudo, pode ser comprometida por múltiplos fatores, entre eles a ausência de infraestrutura recreativa e cultural coletiva, bem como a condição de vulnerabilidade socioeconômica de determinadas famílias, circunstâncias que, frequentemente, convergem para limitar o engajamento nessas práticas. Conforme apontam Marcellino (2021) e Melo (2010), a condição econômica exerce influência direta sobre a adesão à prática de exercícios físicos, funcionando ora como um elemento promotor, ora como uma barreira ao acesso.

Sob essa perspectiva, especialistas sustentam que o envolvimento em atividades físicas e esportivas está intrinsecamente relacionado à capacidade financeira familiar de ofertar tais oportunidades aos seus membros. No entanto, contrapondo essa visão, alguns estudos evidenciam que

adolescentes de países com maior poder aquisitivo tendem a apresentar níveis mais elevados de comportamento sedentário em comparação com seus pares de contextos menos favorecidos economicamente. Essa constatação corrobora a existência de lacunas no entendimento e a ausência de consenso na literatura científica quanto à correlação entre nível socioeconômico e sedentarismo na adolescência (De Moura Carlos *et al.*, 2022).

Gráfico 2: Percentual de alunos que conhecem a existência de espaços públicos de esporte e lazer na cidade.



Fonte: Dados da pesquisa (Google Forms, 2025).

Como mostra o Gráfico 2, 64,4% dos estudantes afirmam conhecer os espaços públicos da cidade, enquanto 35,6% declararam não conhecer esses ambientes. Esse dado revela que, embora a maioria reconheça a existência dos espaços, ainda há uma parcela significativa que demonstra desconhecimento. Isso pode refletir deficiências na divulgação, acessibilidade ou no alcance das políticas públicas voltadas ao lazer.

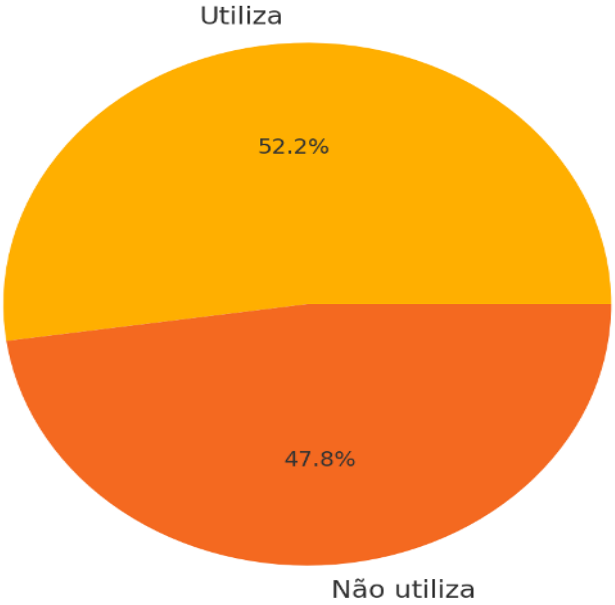
Quanto a acessibilidade, um estudo realizado por Oliveira (2006) com adolescentes na faixa etária dos 15 aos 18 anos pertencentes a duas escolas de Portugal, identificou que a acessibilidade dos espaços públicos da cidade contribuem para a baixa presença dos jovens nesses locais, por dificuldades em se deslocar aos espaços públicos mais distantes, e preferem os locais próximos de casa e da escola.

Nesse sentido, ao buscarmos compreender o uso dos espaços públicos da cidade, se observa a associação da imagem de uma cidade desprovida de uma infraestrutura adequada, na qual indica que o poder público precisa agir de forma mais efetiva em relação às necessidades da população.

A disponibilização de espaços públicos para a prática de atividades físicas é reconhecida como um componente estratégico para a promoção da saúde, da inclusão social e da democratização do lazer. Contudo, a existência desses equipamentos urbanos não garante, por si só, sua apropriação pela população. O gráfico 3 ilustra a percepção dos estudantes do ensino médio de uma escola pública do município de José de Freitas (PI) sobre o uso dos espaços públicos de esporte e lazer da cidade.

ISSN: 2595-1378

Gráfico 3: Uso dos espaços públicos de esporte e lazer da cidade.



Fonte: Dados da pesquisa (Google Forms, 2025).

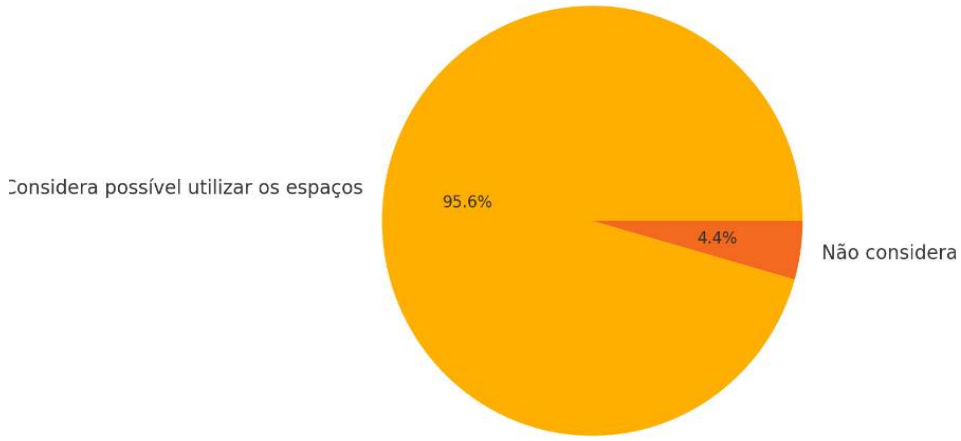
Apesar do conhecimento, apenas 52,2% dos estudantes afirmam utilizar os espaços públicos, contra 47,8% que não os frequentam. Esse dado sugere que o simples conhecimento não garante o uso efetivo dos equipamentos urbanos. A utilização parece condicionada a fatores como infraestrutura, segurança, motivação e incentivo institucional.

A literatura enfatiza que a oferta de espaços públicos para práticas corporais é um fator essencial para a promoção da saúde e da socialização (Silva *et al.,* 2016). No entanto, a efetiva utilização desses espaços depende de fatores como infraestrutura, acessibilidade e estímulo à participação da comunidade. No caso específico de José de Freitas, observa-se que a dificuldade de acesso e a estrutura limitada são barreiras significativas para a adesão da população às atividades físicas nos espaços públicos.

Além disso, a falta de interesse e motivação relatada por alguns participantes reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem o engajamento da população. Segundo Santos *et al.,* (2016), o estímulo à cultura do movimento deve ser trabalhado desde a escola, promovendo o envolvimento dos estudantes com práticas corporais diversificadas, que possam se estender para além do ambiente escolar e alcançar os espaços públicos da cidade.

A percepção positiva dos adolescentes em relação aos espaços públicos é um elemento central para sua apropriação e uso cotidiano, como observado no gráfico 4.

Gráfico 4: Percepção sobre a Possibilidade de Utilização dos Espaços Públicos



Fonte: Dados da pesquisa (Google Forms, 2025).

Um dado positivo é que 95,6% dos estudantes consideram possível utilizar esses espaços para atividades físicas. Isso demonstra uma percepção favorável ao potencial de uso dos ambientes, ainda que nem todos os estudantes façam uso regular deles. Esse cenário indica uma oportunidade para ações educativas e políticas públicas que incentivem o uso qualificado desses espaços. Tal percepção é compatível com o conceito de "ressignificação do espaço" de Dayrell (2001), no qual os jovens atribuem novos sentidos a espaços coletivos.

Tabela 1: Espaços Públicos Mencionados e seus Usos Predominantes

Categoria	Espaços Públicos Mencionados	Uso Predominante
Ginásios e quadras	Ginásio Poliesportivo Mestre Eva, quadras de futsal, basquete e handebol	Prática de esportes coletivos, treinos escolares
Praças e espaços de convivência	Praça de Eventos Freitas Filho, Praça da Barragem do Bezerro, Praça da Igreja de São Francisco	Socialização, lazer e atividades ao ar livre
Espaços naturais e ao ar livre	Barragem do Bezerro, Morro de Fidié	Caminhadas, lazer e contemplação da natureza
Academias ao ar livre	Academias públicas em diversas praças e bairros	Exercícios de musculação e alongamento

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A tabela 1 apresenta a categorização dos principais espaços mencionados pelos alunos. Os ginásios e quadras, como o Ginásio Mestre Eva, são utilizados principalmente para esportes coletivos. As praças são valorizadas como locais de socialização e lazer ao ar livre. Já a Barragem do Bezerro e o Morro de Fidié são exemplos de espaços naturais utilizados para caminhadas e contemplação da natureza. As academias ao ar livre, por sua vez, são citadas para a prática de exercícios físicos.

Contudo, embora diversos locais tenham sido identificados, a apropriação plena desses espaços é limitada por fatores como ausência de iluminação, manutenção precária, insegurança e

disputas de uso, que reforça os achados de Borges *et al.* (2019), que apontam a desigualdade na distribuição e conservação dos equipamentos urbanos de lazer.

Tabela 2: Dificuldades Relatadas pelos Estudantes

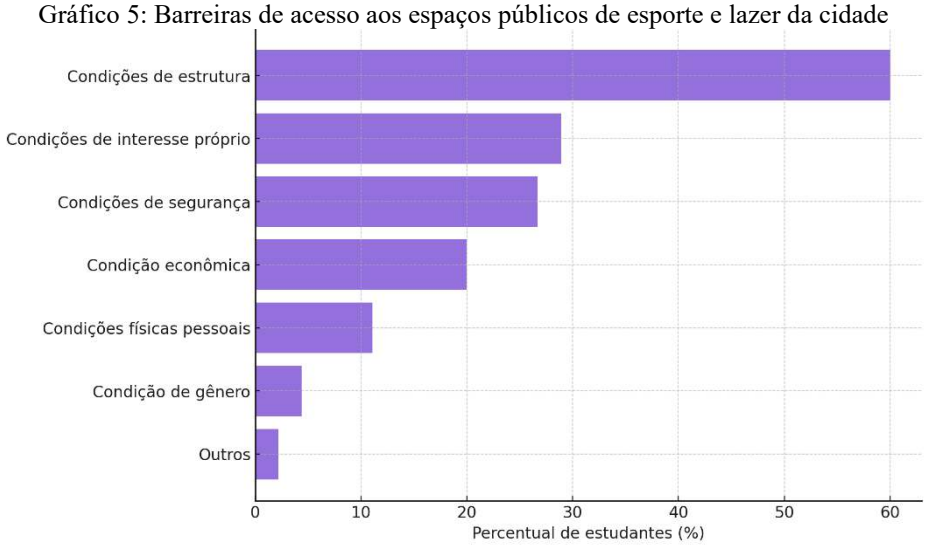
Desafio	Descrição
Acesso ao Ginásio Poliesportivo	Restrição de modalidades e alta demanda dificultam o uso para escolas.
Subutilização de quadras	Algumas quadras não são amplamente conhecidas ou utilizadas pelos moradores.
Barreiras financeiras	Algumas modalidades, como o vôlei, estão restritas a espaços pagos.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A dificuldade de acesso aparece de forma recorrente nos dados qualitativos. O Ginásio Poliesportivo Mestre Eva, citado como principal espaço esportivo, é de uso compartilhado entre várias escolas e tem disponibilidade limitada. Além disso, comporta apenas modalidades de quadra, restringindo a diversidade de práticas. Também foram relatadas barreiras como infraestrutura precária, falta de segurança, distância e ausência de manutenção adequada.

A identificação das barreiras de acesso aos espaços públicos de esporte e lazer é fundamental para a formulação de políticas públicas inclusivas. Conforme apresentado no gráfico 5.

Gráfico 5: Barreiras de acesso aos espaços públicos de esporte e lazer da cidade



Fonte: Dados da pesquisa (*Google Forms*, 2025).

Os dados referentes aos estudantes do município de José de Freitas (PI) revelam que as limitações estruturais (60%) representam o principal obstáculo à apropriação dos espaços urbanos, evidenciando uma realidade que dialoga diretamente com as reflexões de Silva, Santos e Pereira (2023). Segundo os autores, a precariedade dos equipamentos públicos e a ausência de políticas voltadas à juventude contribuem para o esvaziamento simbólico e funcional desses locais, restringindo

práticas corporais e experiências de pertencimento. Além disso, fatores como a desmotivação pessoal (28,9%) e a falta de segurança (26,7%) reforçam a exclusão juvenil, não apenas física, mas também subjetiva, marcada pela sensação de não pertencimento e pelo medo constante. As questões econômicas (20%), embora com menor incidência, também se mostram relevantes, pois limitam o acesso a transporte, alimentação e outros recursos necessários para usufruir desses espaços. Assim, os dados apontam para uma exclusão multifacetada, que exige ações integradas e sensíveis às especificidades da juventude periférica (Silva; Santos; Pereira, 2023; Gurgel; Melo, 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que, embora a maioria dos estudantes do ensino médio da esscola pública do município de José de Freitas - PI reconheça a existência de espaços públicos voltados ao esporte e ao lazer, seu uso efetivo é comprometido por fatores estruturais, culturais e econômicos. A ausência de infraestrutura adequada, a insegurança e a baixa manutenção dos equipamentos urbanos surgem como os principais entraves à apropriação desses espaços pela juventude. Ainda que exista uma percepção positiva quanto à importância desses ambientes para o bem-estar e o desenvolvimento de práticas corporais, observa-se uma lacuna entre o potencial simbólico dos espaços e sua utilização concreta.

Diante disso, reforça-se a necessidade de políticas públicas intersetoriais e participativas que promovam não apenas a criação, mas a manutenção e dinamização dos espaços de lazer, com ênfase na escuta da juventude e na mediação escolar. A valorização do território vivido pelos jovens, aliada a estratégias educativas e culturais, pode ampliar o acesso, a permanência e o sentimento de pertencimento a esses espaços, promovendo saúde, cidadania e equidade.

ISSN: 2595-1378

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Klaus Chaves; BARBOSA, Sabrina Andrade (org.). Praças urbanas: reflexões e recomendações para planejamento e projeto. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023. Disponível em: https://www.ufjf.br/editora. Acesso em: 10 jul. 2025.

ALVES, Maria Zenaide; OLIVEIRA, Igor. Juventudes e territórios: o campo e cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BARROS, Josivaldo dos Santos de. et al. Respostas do questionário sobre percepções dos alunos em relação aos espaços públicos de esporte e lazer da cidade. 2025. Base de dados obtida por formulário eletrônico (Google Forms). Dados não publicados.

BASTOS, J. E. de S.; SOUSA, J. M. de J.; SILVA, P. M. N. da; AQUINO, R. L. de. O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, v. 5, n. 3, p. 623–636, 2023.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BETTIN, E. B.; PEIL, L. M. N.; MELO, M. P. Políticas públicas municipais de esporte, lazer e espaços públicos em Pelotas-RS na gestão 2009-2012. Pensar a Prática, v. 21, n. 1, 2018.

BORGES, C. M. et al. Espaços de lazer e desigualdade urbana no Brasil. Revista Brasileira de Geografia, v. 77, n. 1, p. 55–70, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Lívia Céspedes. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 134, p. 13563, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 18055, 20 set. 1990.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 140, n. 190, p. 1, 3 out. 2003.
BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude-SINAJUVE. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução no 510, de 7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2016.

CARVALHO, C. V. D. et al. Aplicação de questionários online na pesquisa científica com idosos: relato de experiência. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO, 2017.

COSTA DA SILVA, E. A. P. et al. Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida. Licere, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jun. 2013.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, D. K. A.; SILVA, K. S.; LOPES, M. V. V.; PARRIEIRA, F. R.; PASQUIM, H. M. – Iniquidades socioeconômicas associadas aos diferentes domínios da atividade física: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 31, spe. 1, p. e2021398, ago. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200015.especial. Acesso em: 8 ago. 2025.

DAYRELL, J. A escola "faz gênero"? Algumas reflexões sobre práticas escolares. In: _____. Os jovens e a escola: sentidos e desafios da escola pública brasileira. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 139–157.

DE MOURA CARLOS, Fabiangelo et al. Associação entre sedentarismo e nível socioeconômico em adolescentes. Revista Cuidarte, v. 13, n. 1, 2022.

DEL-MASSO, Maria Cândida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. Instrumentos e técnicas de pesquisa. São Paulo: AVA Moodle Unesp [Edutec], 2018.

FÉLIX, A. C. Infraestrutura de lazer e vulnerabilidade urbana. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 26, n. 1, p. 121–137, 2022.

FONTES, Mariana Levy Piza. Direito e política urbana: a implementação do plano diretor de São Paulo (2002–2014). 2020. 303 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. Fundamentos de epidemiologia, 2. ed. A, v. 398, p. 1–377, 2010.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Christianne Luce. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. Revista Brasileira de Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3–20, jan./abr. 2014.

GURGEL, R.; MELO, C. F. Infraestrutura esportiva e lazer em cidades brasileiras. Fortaleza: Edições UFC, 2020.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30–41, nov. 2001.

IPEA. Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013. (Texto para Discussão, n. 1864). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=1864. Acesso em: 5 jul. 2025.
JOSÉ DE FREITAS (PI). Lei Orgânica do Município de José de Freitas. Promulgada em 5 de abril de 1990. José de Freitas: Câmara Municipal, 1990.

LARA-HERNANDEZ, J. A.; MELIS, A. Temporary appropriation of public open spaces in marginal contexts: A tool for urban resilience. In: MELIS, A.; LARA-HERNANDEZ, J. A.; THOMPSON, J. (Org.). Temporary Appropriation in Cities: Human Spatialisation in Public Spaces and Community Resilience. Cham: Springer, 2020. p. 1–9.

LIRA, Marilia Thaysa da Silva Martins; CORDEIRO, Adriana Tenório. Juventude e Mobilidade urbana: Aspectos pessoais, familiares e externos tecendo o cotidiano de jovens estudantes em torno de uma cidade média. Perspectivas Contemporâneas, v. 18, p. 1–21, 2023.

MARCELLINO, N. C. Lazer e dimensões da cultura. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2021.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2010.

MASCARENHAS, G. A mutante dimensão espacial do futebol: forma simbólica e identidade. Revista Espaço e Cultura, Rio de Janeiro, n. 19–20, p. 11–24, 2012. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3492. Acesso em: 07 ago. 2025.

MASCARENHAS, G. O direito ao estádio. Ludopédio, São Paulo, 2019. Disponível em: https://ludopedio.org.br/arquibancada/o-direito-ao-estadio/. Acesso em: 07 ago. 2025.

MELO, V. A.; ALVES JÚNIOR, E. D. Contribuições da História para o estudo do lazer. In: _____. Lazer: olhares multidisciplinares. Rio de Janeiro: Alinea, 2010.

MONTECHIARE, Renata. Juventude e educação: identidades e diretos. Secretaria Nacional de Juventude; UNESCO; FLACSO Brasil, 2019. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2019/02/Juventude_educacao.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

OLIVEIRA, Edvaldo Cesar da Silva; SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. Uma experiência de políticas públicas de esporte e lazer Vila Bandeirantes - Teresina-PI. In: RODRIGUES, Ana Maria da Silva et al. (Org.). Educação física e saúde: o pensar do coletivo de professores organizadores. Teresina: EDUFPI, 2017. p. 293.

OLIVEIRA, Sérgio. Os adolescentes e o espaço público: um estudo na Amora. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de Lisboa, Lisboa.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

PIAUÍ. Constituição (1989). Constituição do Estado do Piauí. Promulgada em 5 de outubro de 1989. Teresina: Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, 1989.

QI, Jie; MAZUMDAR, Suvodeep; VASCONCELOS, Ana C. Understanding the relationship between urban public space and social cohesion: a systematic review. International Journal of Community Well-Being, v. 7, p. 155–212, 2024.

RUIZ, T. D. A intersetorialidade nas políticas públicas de lazer: impasses e possibilidades. Revista Políticas Sociais, v. 30, n. 1, p. 78–94, 2024.

SAMPIERI, Collado; COLLADO, Carlos Fernández; Lucio. Metodología de la Investigación. v. 4, 2013.

SANTOS, Claudecir dos; PIZZI, Samille. Cultura corporal de movimento e os debates de gênero, dentro e fora dos muros da escola: narrativas de uma experiência. Reflexão e Ação, v. 32, n. 2, p. 48–63, 2024.

SANTOS, Cristiano Felix et al. Cultura Corporal do Movimento e a Inclusão nas Aulas de Educação Física. Revista Gestão Universitária, 27 nov. 2017.

SCANNELL, L.; GIFFORD, R. Defining place attachment: A tripartite organizing framework. Journal of Environmental Psychology, v. 30, n. 1, p. 1–10, 2010.

SILVA, A. L.; SANTOS, D. R.; PEREIRA, F. C. Juventude e apropriação dos espaços urbanos: práticas corporais e exclusão. Revista Brasileira de Educação Física e Cultura, v. 37, n. 2, p. 45–62, 2023.

SILVA, Emília Amélia Pinto Costa da et al. Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 251–258, jul./set. 2016.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. Educação em Revista, v. 41, p. e49377, 2025.

VERSIANI, I. V. L. et al. Direito ao lazer e políticas urbanas: análise a partir do estatuto da cidade e inserção no plano diretor. Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito, v. 21, n. 1, p. 79–101, 2019.